



SUMÁRIO EXECUTIVO

NOVOS OLHARES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS FAVELAS



ibase
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Brot
für die Welt



SUMÁRIO EXECUTIVO

PESQUISA NOVOS OLHARES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS

EXPEDIENTE

Diretoria Executiva Rita Corrêa Brandão

Assessoria de Direção Sandra Plaisant Jouan

Coordenadora Administrativa-Financeira Claudia Florambel

Secretaria Geral Iris Patrícia

Comunicação Clara Araújo, Iracema Dantas e Matheus Reis

PESQUISA

Coordenação Geral Rita Corrêa Brandão

Assessoria técnica Sandra Plaisant Jouan

Sistematização de Análise de dados Joice Lima e Bianca Arruda

Coordenação da Equipe de Entrevistadoras(es) Cristhiane Malungo e Robson Rezende
(*in memorian* - Parceiro nesta jornada. Sua trajetória é parte do nosso caminho)

Consultor Estatístico Luis Marcelo Ferreira Carvano

Projeto Gráfico e diagramação Dot Setor



ibase

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Rua da Gamboa, 246 – CEP 20220-324 – Rio de Janeiro - RJ

www.ibase.br



SUMÁRIO EXECUTIVO

NOVOS OLHARES SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS FAVELAS



ibase
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Brot
für die Welt

AGRADECIMENTOS

O Ibase agradece profundamente à equipe de entrevistadoras e entrevistadores que se dedicou a fazer este levantamento da melhor forma, desde o começo dos trabalhos. Agradecemos, também, as Associações de Moradoras(es) de cada favela participante da pesquisa.

BARRO PRETO Carla de Souza Grigório / Ingrid de Souza Barros / Jessica Luize Siqueira Lopes / Maria da Penha Santos / Mayara da Silva Fernandes / Nelson Felipe P. Brandão de Oliveira / Rayane Souza da Silva / Rosangela da Silva Viana / Wellington Juan Brandão de Oliveira **GUARARAPES** Barbara Catalina Olivares / Bruna Almeida Paimx de Jesus / Camilly Paimx Neves / Chayene Gracia da Silva / Graciele Soares Teixeira / Josiane Pereira da Silva / Layra Kellyn Faria Vaz / Leonice de Almeida Paimx / Roseni Marques Oliveira / Sabrina Paimx Santiago / Tiffany Soares Bispo do Nascimento **PROVIDÊNCIA** Amanda Aina Paranhos Andrade / Fabrício Lima Silva / Hugo Humberto Santos Silva / Jurema Costa Gomes da Silva / Kauane da Silva de Souza / Licia Roberta dos Santos Anastácio / Maria de Fátima N. da Cunha / Maurício de Souza Filho / Ryan Lucas Custódio Silva / Sergio Iury Noronha dos Santos / Soany Souza Azevedo / Tatiane Santos Cardoso / Thaissa Cardoso Mendes / Yngrid Enanvelle dos S. Santana **TIJUAÇU** Ana Regina Prado / Andréa França de Oliveira / Carlos Alberto Leal Filho / Jorge Lucas Fonseca / Lucas Costa Guimarães Teixeira / Paulo Vinicius Pinto / Rebeca Consoli Viana / Renan Rodrigues Correia / Tatiana dos Santos Rodrigues **SALGUEIRO** Andreza Gomes Carvalho / Denise Francisca de Oliveira Santos / Elisabeth Lopes Abreu / Guilherme Guimarães Casemiro / Ieimar Correria / Lara Beatriz Viana / Liandra Rodrigues Barbosa / Luciana de Assunção Rodrigues Barbosa / Marcia Vicente Silva / Marcieth Conceição de Araújo / Matheus Rodrigues Pereira / Nancy Rodrigues de Oliveira Rocha / Nancy Rodrigues de Oliveira Rocha / Paulo Marcelo de Souza Santos / Rafaeli Bazilio Longo / Tânia Cristina da Oliveira / Thaisa Silva Alves / Yago Ramos da Silva **COMUNIDADE AGRÍCOLA DE HIGIENÓPOLIS** Brenda Martins Cruz / Claudia Maria Neto / Erica Patrícia da Silva Silveira / Marisa Queiroz da Silva / Mayara Batista dos Reis / Michele Rose Lino / Paulo Henrique Torres / Rodrigo de Araújo de Oliveira / Taís Barbosa dos Reis / Tatiana Pissarra / Yasmin P de Silva **PARQUE JOÃO GOULART** Ana Aparecida Oliveira da Silva / Ana Paula de C. Medeiros / Ana Paula Lopes / Beatriz Rocha de Queiroz / Bluna Lopes Vieira / Elaine H de Freitas / Erika de Freitas Dias / Ivete dos Santos / Jaqueline de O. Ramos / Jessé Cunha Paixão / João Ricardo Araújo Tornelli / Leiliane S. S de Mello / Marcela F. Araujo de S. / Mayra Batista dos Reis / Michele Regina de Souza Santos / Milena Bandeira A. R. / Natália A. dos S. Inácio / Roberta Souza Ribeiro de Carvalho **MORRO DOS CABRITOS** Alessandra de Oliveira Matias Lopes / Elaine da Silva Custódio / Jamille Oliveira de Castro / Maria Renata dos Santos / Patrícia da Silva Barbosa / Sophie Cruz Blajchman / Themerson Nunes do Nascimento / Yago de Souza Celestino / Yrlana Barbosa da Silva **PARQUE CONQUISTA** Caio dos Santos Rufino / Carla Gomes de Araújo Roberto / Jessika Santos Mota Lima / Michele Gomes de Araújo Roberto / Tainara Alice da Silva / Thais Leite dos Santos Costa / Thiago Ferreira de Assis / Valdir José Pereira Lima

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
METODOLOGIA	9
PESQUISA DE PERCEPÇÃO	9
DEFINIÇÃO DA AMOSTRA	10
FORMAÇÃO DE ENTREVISTADORAS(ES)	12
RODAS DE CONVERSA COM MORADORAS(ES)	12
PRINCIPAIS RESULTADOS	13
CONCLUSÕES E MANUTENÇÃO DAS OBRAS	14
PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO COM OS TERRITÓRIOS	15
PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES	15
DESTAQUES POR DIREITOS DE CIDADANIA	16
RECOMENDAÇÕES	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	30

INTRODUÇÃO

As favelas, com suas diferentes características, são respostas a um processo de fragmentação e segregação socioespacial na construção das cidades. Historicamente, o padrão de desenvolvimento urbano mantém altos níveis de desigualdade criando territórios com parcelas significativas da população tendo acesso limitado a serviços públicos e aos direitos básicos de cidadania. Dentre eles, destacam-se o acesso à moradia digna e ao saneamento básico.

As intervenções governamentais nos territórios de favelas muitas vezes, ao longo da história, não enfrentaram o desafio de sua urbanização e garantia dos mesmos padrões do restante da cidade para esta parcela da cidadania. Ações arbitrárias de remoção e de erradicação desses espaços, ou mesmo a adoção de agendas de intervenção urbanísticas conservadoras, sem participação popular nas deliberações acerca dos rumos de seus locais de moradia e vida, se consolidaram dentre outras inúmeras violações de direitos nesses territórios, aumentando a criminalização de suas/seus moradoras(es) e contribuindo para a estigmatização dos espaços de favelas na cidade.

Somente a partir da década de 1980, algumas iniciativas nos âmbitos de governos municipais e estaduais passaram a assumir compromissos com a urbanização e regularização desses territórios, consequência de uma intensa mobilização social e de luta por direitos (Cardoso, 2012 e Cardoso et all, 2023). Na cidade do Rio de Janeiro, destacam-se iniciativas pioneiras de políticas públicas que vieram como respostas à intensa mobilização popular organizadas por meio dos movimentos de favelas e de lutas pelo direito à cidade, de associações de moradores articuladas na Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ) e apoiadas por diferentes atores da sociedade civil. Mas é somente a partir de 2003 que a integração urbana das favelas se tornou um dos eixos prioritários das políticas públicas habitacionais e urbanas em âmbito federal¹.

Ainda assim, avaliamos que pouco se avançou na agenda de efetividade de direitos para as favelas, considerando: (i) os recursos limitados de financiamento para implementação de projetos de urbanização abrangentes e contínuos nesses territórios; (ii) a interrupção, falta de continuidade e perda de investimentos de projetos devido a mudanças de governo; (iii) a adoção de programas de urbanização que

não levam em consideração as necessidades específicas das comunidades e que não integram as favelas ao restante da cidade; (iv) a falta de participação ativa das/dos moradoras(es) no planejamento e execução de projetos (IBASE, 2022).

Na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com os dados mais recentes disponibilizados pelo Sistema de Assentamentos de Baixa Renda (SABREN), **existem 1.074 favelas com uma população estimada em 1.434.829 moradoras(es), compreendendo cerca de 23% da população total da cidade** (SABREN/ IPP/ PREFEITURA DO RIO. 2019). Desde 1994, um período de 30 anos, alguns desses territórios passaram por importantes programas de urbanização, sendo os principais: o Favela Bairro (1994 - 2008); o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) - Urbanização de Favelas (2007-presente); e o Morar Carioca (2010-presente).

Ainda segundo informações do SABREN, **ao todo, em torno de trezentos e sessenta favelas da cidade foram beneficiadas com pelo menos um programa de urbanização, isso representa apenas 34% de todas as favelas da cidade**. Somente trinta favelas são consideradas assentamentos urbanizados, classificação referente tanto às condições gerais de urbanização e de acesso aos serviços públicos quanto aos diferentes estágios de regularização administrativa, fiscal, urbanística e fundiária² (SABREN/ IPP/ PREFEITURA DO RIO, 2019).

Todos esses dados evidenciam os desafios já destacados e apontam a inexistência de políticas e programas de urbanização perenes e consistentes para efetivação de direitos nesses territórios. Destacamos ainda o desinvestimento em metodologias de capacitação das(os) moradoras(es) para garantia da participação efetiva nos processos decisórios e, igualmente, o pouco investimento público em pesquisas de avaliação dos impactos das intervenções realizadas com vistas a subsidiar a elaboração de novos programas.

Diante desse cenário, a pesquisa *Novos Olhares sobre as Transformações Urbanas nas Favelas* tem por objetivo apresentar a percepção das(os) moradoras(es) de nove favelas do Rio de Janeiro sobre o acesso aos direitos em territórios que receberam

1 Concorreram para tanto a criação do Ministério das Cidades e do Conselho das Cidades (2003); a aprovação da nova Política Nacional de Habitação - PNH (2004); a institucionalização do Sistema e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS/FNHIS (2005); e, em especial, o lançamento do PAC Urbanização de Favelas (2007).

2 Cabe observar que essa e outras variáveis para classificação de favelas devem ser utilizadas com cautela, pois são categorizações relativas e que podem justificar intervenções muito diferentes. “As linhas de corte adotadas para classificação dos assentamentos segundo seu grau de urbanização e regularização são limites arbitrários que podem conduzir a procedimentos diferentes para os mesmos espaços” (Cavallieri et all, 2016).

um ou mais desses programas de urbanização. Temos como pergunta mobilizadora entender: **“qual a percepção das(os) moradoras(es) de favelas sobre o acesso a direitos com a realização de programas de urbanização nos seus territórios?”**. Consideramos a importância de construir uma análise que contribua para a luta das organizações da cidadania ativa pela ampliação de acesso a direitos, fortalecendo argumentos e iniciativas de diálogo e deliberação na formulação de novas edições de programas de urbanização de favelas.

METODOLOGIA

O levantamento foi realizado em duas etapas: na primeira, entre outubro e dezembro de 2022, efetuou-se uma pesquisa de percepção utilizando o método de ponto de fluxo, em que a coleta dos dados (a aplicação dos questionários) ocorre em espaços abertos com grande movimentação de pessoas. A seleção das(os) entrevistadas(os) se deu por meio de amostragem semi-probabilística por cotas de sexo, idade, local de moradia e levando em consideração também o tempo de moradia nos territórios pesquisados³.

Já na segunda etapa, entre os meses de maio e junho de 2024, foram realizadas Rodas de Conversa com moradoras(es) das favelas pesquisadas para apresentação e discussão dos principais resultados, assegurando a devolutiva aos territórios e a qualificação dos padrões e destaques analisados.

9

PESQUISA DE PERCEPÇÃO

A pesquisa foi realizada em nove favelas das Zonas Norte, Sul e Centro da cidade do Rio de Janeiro. São elas: Barro Preto, Estrada do Tijuaçu, Guararapes, Comunidade Agrícola Higienópolis, Morro dos Cabritos, Parque Conquista, Parque João Goulart, Providência e Salgueiro.

A escolha das favelas para realização da pesquisa levou em consideração as Áreas Programáticas (APs) a que pertencem e os programas de intervenção urbana que já foram realizados, conforme o seguinte:

- Por Área Programática (APs) da cidade do Rio de Janeiro:
Foram escolhidas nove comunidades das seguintes APs: AP 1 Centro, AP 2.1 Zona Sul, AP 2.2 Tijuca, AP 3.1 Ramos, AP 3.2 Méier

³ Maiores detalhes da definição da amostra encontram-se logo abaixo.

- Por Programas realizados:

Territórios da cidade do Rio de Janeiro que tiveram intervenção dos Programas Favela Bairro (Bairrinho - pequenas favelas, Médias favelas e Grandes favelas) e Morar Carioca.

DEFINIÇÃO DA AMOSTRA

O tamanho da amostra da pesquisa foi definido com base no tamanho da população de interesse (moradoras(es) com 18 anos ou mais) em cada uma das favelas, utilizando-se como referência os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, conforme o seguinte:

ÁREA DE PLANEJAMENTO	REGIÃO ADMINISTRATIVA	BAIRROS	FAVELAS	PROGRAMAS	POPULAÇÃO IBGE 2010	DOMICÍLIOS IBGE 2010
AP 1 CENTRO	Portuária	Caju 004	Parque Conquista	Bairrinho	1.515	481
		Gamboa	Morro da Providência	Favela Bairro/ Morar Carioca/ PAC	4.094	1.237
AP 2.1 ZONA SUL	IV Botafogo	Cosme Velho 019	Guararapes	Favela Bairro	673	161
	V Copacabana	Copacabana 024	Morro dos Cabritos	Favela Bairro/ Morar Carioca	2.598	885
AP 2.2 TIJUCA	VIII Tijuca	Alto da Boa Vista 034	Estrada do Tijucaú	Bairrinho/ Morar Carioca/ PAC	1.156	359
		Tijuca	Salgueiro	Favela Bairro	3.149	869
AP 3.1 RAMOS	X Ramos	Manguinhos 039	Parque João Goulart	Morar Carioca	3.758	950
		Bonsucesso 040	Comunidade Agrícola de Higienópolis	Bairrinho	1.209	390
AP 3.2 MÉIER	XIII Méier	Engenho Novo 061	Barro Preto	Bairrinho	499	161
		Engenho de Dentro 066	Conjunto Residencial Fernão Cardim	Favela Bairro	2.416	775

Na definição da amostra foram estipulados critérios para a construção de cotas sociodemográficas por sexo, idade e área de moradia, respeitando as características dessas dimensões em cada uma das favelas pesquisadas. Já com o objetivo de distinguir a percepção das moradoras e moradores que presenciaram as intervenções dos programas, daquelas(es) que passaram a residir após as ações, adotou-se o seguinte critério:

- Moradoras(es) Antigas(os): que residiam na favela no período de execução do Programa de Urbanização (de 1997 – 2000).
- Moradoras(es) recentes: que se mudaram para a favela após o período das obras do Programa de Urbanização (após 2000).

A pesquisa foi realizada com um Índice de Confiabilidade de 3,5% e as amostras definidas são independentes, isto é, eventuais alterações em uma determinada amostra não modifica as demais. Assim, ao todo foram aplicados 5.186 questionários distribuídos conforme o seguinte:

COMUNIDADES	ÍNDICE DE CONFIABILIDADE DE 3,5
Barro Preto	292
Comunidade Agrícola de Higienópolis	463
Estrada do Tijucaú	458
Guararapes	348
Morro da Providência	651
Morro dos Cabritos	595
Parque Conquista	502
Parque João Goulart	673
Salgueiro	619
Total Geral	5.186

FORMAÇÃO DE ENTREVISTADORAS(ES)

O Ibase tem um compromisso com o fortalecimento de capacidades da cidadania ativa na luta por direitos. Assim, parte importante da metodologia das pesquisas desenvolvidas pela instituição passa pelo compartilhamento de técnicas e conhecimentos na realização de formações e capacitações de atores locais para atuarem nos processos de pesquisas e diagnósticos desenvolvidos.

No âmbito da pesquisa *Novos Olhares sobre as Transformações Urbanas*, foram realizadas capacitações de 138 moradoras(es) dos territórios em técnicas de pesquisa quantitativa, coleta de dados e aplicação de questionários para atuarem como entrevistadoras(es) em seus próprios locais de moradia.

RODAS DE CONVERSA COM MORADORAS(ES)

12

|

Após análise dos resultados da pesquisa de percepção, foram organizadas Rodas de Conversa com moradoras(es) dos territórios para apresentar e qualificar os principais resultados da pesquisa. A mobilização de participantes foi realizada em parceria com as Associações de Moradores(es) e/ou organizações locais, privilegiando sempre que possível a participação de moradoras(es) antigas(os), isto é, as(os) que vivenciaram as transformações e impactos dos programas de urbanização.

As Rodas tiveram duração média de 1hora e 30 minutos, contaram com uma quantidade variada de moradoras(es) e abordaram destaque relativos aos resultados encontrados nos territórios específicos, acabando por evidenciar demandas na melhoria das condições de vida e direitos da população.

Realizamos essa atividade em seis das nove favelas pesquisadas⁴. Os resultados obtidos são, portanto, fruto da pesquisa de percepção junto às/aos moradoras(es) e do diálogo para qualificação dos resultados nos territórios.

⁴ A etapa de qualificação dos resultados pode ser realizada nas favelas Barro Preto; Comunidade Agrícola de Higienópolis; Estrada do Tijuaçu; Parque Conquista; Providência; e Salgueiro. Já nas favelas do Morro dos Cabritos; Guararapes; e Parque João Goulart essa etapa não pode ser realizada por dificuldades no agendamento com as respectivas Associações de Moradores.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Em todas as favelas pesquisadas, a maior parte das(os) moradoras(es)⁵, uma média de 76%, percebe que os programas de urbanização ampliam o acesso a direitos da população do território de uma maneira geral, especialmente em relação ao acesso aos direitos sociais básicos, como abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo, iluminação pública e mobilidade (com a abertura de vias, construção de escadarias etc.), proporcionando melhores condições de vida. **No entanto, observa-se igualmente que em todas as favelas há um percentual considerável de moradoras(es), média de 23%, que avaliam que não houve melhora no acesso aos direitos de modo geral.** Nesse sentido, destacam-se as taxas observadas nas favelas do Barro Preto (41%), do Parque João Goulart (33,5%) e da Providência (30,3%).

Essa percepção negativa sobre a ampliação no acesso a direitos deve-se ao fato **das intervenções não terem contemplado o território como um todo, concentrando a realização das obras em localidades específicas da favela onde residem as(os) moradoras(es) com maior renda e possuem acesso a maior parte dos serviços**, conforme observado nas Rodas de Conversa. Essa tendência acaba contribuindo para o reforço de desigualdades socioespaciais já existentes, como apontam alguns estudos da área⁶.

Outros três resultados de destaque da pesquisa nesse sentido foram:

- (i) **O aumento do número de moradoras(es) nas favelas após a realização dos programas de urbanização, observado em todas as favelas analisadas por uma média de 91,3% das(os) moradoras(es)**, destacando-se as taxas apresentadas nas favelas do Morro dos Cabritos (99,2%), Guararapes (97,9%) e Parque Conquista (97,8%);

5 Para apresentação dos principais resultados da pesquisa tomamos como referência a média do percentual obtido das respostas das(os) moradoras(es) antigas(os), que vivenciaram todo o processo de realização e desdobramentos dos Programas de Urbanização nos territórios.

6 Nas favelas a concentração de investimentos públicos é análoga à observada na cidade como um todo, ocasionando uma concentração de equipamentos e serviços nas localidades destes territórios onde vivem pessoas com renda superior à das(os) demais moradoras(es) e reforçando a reprodução da desigualdade socioespacial (Carvalho, C.; Fridman, F.; e Strauch, J., 2019).

- (ii) **A expansão das áreas ocupadas nas favelas após os programas de urbanização, observado por uma média de 87,2% das(os) moradoras(es)**, com taxas mais altas encontradas no Morro dos Cabritos (98,5%); no Guararapes (96,2%); e no Parque Conquista (94,7%);
- (iii) **A falta de manutenção das obras, observado por uma média de 71% das(os) moradoras(es)**. As taxas mais altas foram encontradas nas favelas Parque João Goulart (91%) e Salgueiro (88%).

Nas Rodas de Conversa, esses três aspectos também foram destacados como motivadores de avaliações negativas em relação à ampliação do acesso a direitos após a realização das obras nos territórios, pois contribuem para o sucateamento e ineficiência das intervenções realizadas que passam a não atender adequadamente à população com o passar do tempo o crescimento populacional.

CONCLUSÕES E MANUTENÇÃO DAS OBRAS

14

Sobre a conclusão das intervenções nos territórios, verifica-se **em todas as favelas um percentual alto de moradoras(es) que avaliam que as ações propostas pelo(s) programa(s) de urbanização não foram finalizadas**, com percentuais expressivos observados no Parque João Goulart (65,7%), Barro Preto (63%) e Providência (52%).

Em relação aos problemas trazidos pela descontinuidade dos programas de urbanização e/ou falta de manutenção após a realização das obras:

- (i) Nas favelas Comunidade Agrícola de Higienópolis (35,3%); Parque João Goulart (35,2%); Parque Conquista (32,7%); Barro Preto (25%); e Guararapes (24,4%) **a maior parte das(os) moradoras(es) percebe que houve o sucateamento das redes de esgoto e drenagem**.
- (ii) Na Estrada do Tijuaçu (27%) e no Morro dos Cabritos (26,8%) **para a maioria das(os) moradoras(es) houve o sucateamento das vias públicas**.
- (iii) Na Providência (29,3%) e no Salgueiro (25%) **a maior parte das(os) moradoras(es) avalia que houve o sucateamento da rede de água**.

PARTICIPAÇÃO E DIÁLOGO COM OS TERRITÓRIOS

Considerando os mecanismos de participação e diálogo com as(os) moradoras(es) para realização dos programas, verifica-se que **em todas as favelas um percentual considerável de moradoras(es) percebe que não houve processo de diálogo para a definição das ações dos programas nos territórios**. Nas Rodas de Conversa, as avaliações das(os) moradoras(es) ressaltam que **a participação foi restrita, pois houve pouca mobilização e falta de capilaridade das reuniões nas diferentes localidades das favelas**. Também reforçam que **não percebem que levaram em consideração as demandas colocadas pelas(os) moradoras(es) nas reuniões de tomadas de decisão e definições de prioridades dos programas**.

Nesse sentido, nas favelas do Barro Preto, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Estrada do Tijuaçu, Morro dos Cabritos, Parque João Goulart e Salgueiro, **a maior parte das(os) moradoras(es), média de 42%, avalia que o(s) programa(s) atenderam as demandas parcialmente, deixando muita coisa por fazer**. Já nas favelas do Guararapes, Parque Conquista e Providência, **a maior parte das(os) moradoras(es), média de 35%, avalia que apenas as demandas mais importantes foram atendidas**.

15

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Os resultados obtidos reforçam a urgência de se propor uma agenda de políticas de urbanização para favelas, perene e efetivamente participativa, levando em consideração que a população dos territórios reconhece a ampliação no acesso a direitos através dos programas de urbanização, mas ainda é preciso observar:

1. A espacialidade interna das favelas, levando em conta que os lugares dentro do território não são iguais, que há áreas que nunca receberam intervenções públicas e outras que são privilegiadas com a concentração de serviços. É preciso fazer com que essas intervenções cheguem a todas(os) para que haja efetividade de direitos.
2. O crescimento populacional e de áreas ocupadas, observando a necessidade de ampliação e constante monitoramento das intervenções urbanas realizadas.
3. A conclusão de todas as etapas das obras propostas e manutenção periódica das intervenções realizadas para evitar o sucateamento, assegurando a prática de ações continuadas nesses territórios.

4. O investimento em metodologias que assegurem a efetiva participação das/dos moradoras(es) nos processos decisórios.

DESTAQUES POR DIREITOS DE CIDADANIA

A seguir apresentamos os destaques da pesquisa considerando a percepção sobre o acesso a direitos específicos nos territórios.

Direito à segurança humana frente a prevenção de desastres socioambientais

As favelas analisadas possuem características morfológicas distintas, algumas estão localizadas em locais planos e outras em morros e encostas; algumas possuem corpos hídricos em seu território e outras não. Esses aspectos acabam influenciando as ações do poder público e, por consequência, as percepções das(os) moradoras(es) sobre as intervenções realizadas. Como resultado, verifica-se que:

16

- No Morro dos Cabritos (68,2%), Barro Preto (67%), Salgueiro (49,9%), Guararapes (47,8%), Providência (42,4%) e Estrada do Tijuaçu (41%) a maior parte das(os) moradoras(es) percebe que as ações do(s) programa(s) de urbanização realizaram e/ou melhoraram obras de contenção de encostas.

No entanto, **em todos esses territórios, a percepção da maior parte das(os) moradoras(es) é de que há riscos atuais de deslizamentos**, sendo: Guararapes (86,8%); Morro dos Cabritos (66,6%); Salgueiro (63%); Barro Preto (60,8%); e Estrada do Tijuaçu (55%).

Nas Rodas de Conversa, as pessoas que participaram pontuaram a urgência da necessidade de ações mais estruturais visando a prevenção de deslizamentos especialmente no Salgueiro e na Providência.

- No Parque João Goulart (76,4%); Parque Conquista (52,8%); e Comunidade Agrícola de Higienópolis (44,1%) a maior parte das(os) moradoras(es) percebe que foram realizadas obras ou melhoradas a drenagem de rios no território.

Contudo, verifica-se em cinco favelas um percentual significativo de moradoras(es) avalia a necessidade atual da drenagem dos rios. São elas: Comunidade

Agrícola de Higienópolis (93%); Parque João Goulart (93%); Parque Conquista (82,1%); Guararapes (63,5%); e Estrada do Tijuaçu (60%).

Direito ao abastecimento de água

O direito ao abastecimento de água adequada, um direito humano básico, é uma luta histórica em diversas favelas e periferias do Rio de Janeiro. Na pesquisa realizada, observamos que:

- **Em todas as favelas pesquisadas, pelo menos 40% da população identifica que atualmente há pessoas sem acesso à água no território.** Essa percepção é mais elevada nas favelas do Salgueiro (91%); na Comunidade Agrícola de Higienópolis (77,4%); e na Providência (63,4%).
- Nos territórios da Providência e na Estrada do Tijuaçu um percentual elevado de moradoras(es) não percebe que houve melhora no abastecimento de água com as obras dos programas de urbanização, sendo 42,4% e 38,6% respectivamente.

Na Roda de Conversa realizada no Salgueiro, observou-se que a falta de abastecimento afeta de maneira desigual o território, prejudicando ainda mais quem vive nas localidades mais altas da favela. Observaram ainda que houve o crescimento populacional e a ocupação de novas áreas na favela sem haver ampliação e manutenção da rede de abastecimento que está sucateada.

Na Comunidade Agrícola de Higienópolis, pontuaram que o crescimento vertical da favela tem prejudicado o abastecimento de água, que não consegue atender a demanda atual.

Na Providência, indicaram que o abastecimento de água não teve melhora após a realização dos programas e que atualmente está pior, com fornecimento irregular, com longos períodos (em torno de uma quinzena a um mês) sem que água chegue às torneiras da população,

Por fim, na Estrada do Tijuaçu, as(os) moradoras(es) pontuaram que o problema que enfrentam não é a falta de abastecimento, mas que a qualidade da água fornecida teve piora considerável após a realização dos programas de urbanização.

Direitos ambientais: esgotamento sanitário

Em relação ao esgotamento sanitário, em todas as favelas analisadas observa-se um percentual relevante de moradoras(es), uma média de 81,7%, que avalia que houve melhorias com a realização do(s) programa(s) de urbanização. Os territórios que demonstram maior insatisfação na percepção do acesso ao esgotamento sanitário são: Providência (36%); Parque João Goulart (26,5%) e Barro Preto (26%).

Em todas as favelas verifica-se um percentual considerável de moradoras(es), média de 42,3%, que identifica que atualmente há pessoas sem acesso à rede de esgotamento sanitário no território. Destacam-se os percentuais observados na Providência (61,5%); no Salgueiro (51,3%); no Parque João Goulart (50,1%); e no Parque Conquista (47,9%).

Na Roda de Conversa realizada na Providência, a população pontuou a falta de manutenção das intervenções realizadas, ocasionando o entupimento das canaletas de modo recorrente e observaram que nem todas as localidades da favela tiveram obras relacionadas ao esgotamento sanitário, como exemplo a Pedra Lisa.

18

No Salgueiro as(os) moradoras(es) apontaram a falta de manutenção e a não ampliação da rede de esgotamento sanitário que ocasiona o sucateamento e a falta de acesso a uma grande parcela da população. O mesmo foi observado pelas(os) moradoras(es) da Comunidade Agrícola de Higienópolis e do Barro Preto.

Direitos ambientais: coleta de lixo adequada

Em relação à melhora da coleta de lixo com a realização do(s) programa(s) de urbanização, em todos os territórios pesquisados observa-se um percentual relevante de moradoras(es), uma média de 81,7%, que observa que houve melhorias.

No entanto, **em todas as favelas há um percentual considerável de moradoras(es), média de 41%, que avalia que atualmente existem pessoas sem acesso à coleta de lixo nos territórios.** Destacam-se os percentuais observados no Salgueiro (73%); na Providência (62,7%); e no Parque João Goulart (56,6%).

Na Roda de Conversa realizada no Salgueiro, as pessoas participantes apontaram que o aumento da população e o consequente aumento da produção de lixo na

comunidade torna inviável que o atual efetivo de garis comunitários dê conta do trabalho a ser realizado.

Na Providência, pontuaram que houve o término do projeto Gari Comunitário na favela e, desde então, a comunidade tem ficado muito suja. Também destacaram a diminuição do efetivo de garis que fazem a coleta do lixo, agora em número insuficiente para atender a demanda do território.

No Barro Preto, sinalizaram a existência de pontos de lixões e a necessidade de ações de educação ambiental no território.

Direito à habitação

Em todas as favelas pesquisadas um percentual maior de moradoras(es), média de 79,6%, avalia que houve melhora no acesso à habitação após a realização do(s) programa(s) de urbanização.

Os territórios que demonstram maior criticidade em relação às melhorias no direito à habitação são: Barro Preto (36%); Guararapes (31,5%); e Providência (26%).

Nas Rodas de Conversa realizadas, as(os) moradoras(es) consideraram que, no Barro Preto, há necessidade de programas de melhorias e acesso à habitação no território, destacando que não houve construção ou melhorias de residências com o Favela Bairro, apenas benfeitorias nos espaços de uso comum.

Na Providência, observaram que ocorreram muitas desapropriações forçadas e graves violações de direitos durante as diversas obras realizadas no território, como a atuação de agentes coagindo moradoras(es) a venderem as casas por um valor muito abaixo do ideal; a ocorrência de pessoas que foram realocadas para apartamentos de qualidade questionável; e a falta de conclusão de obras de moradia que serviriam para abrigar parte das(os) moradoras(es) desalojadas(os).

No Parque Conquista, na rua Boas-Vindas, área de ocupação mais recente no território, as(os) moradoras(es) convivem com constantes ameaças de despejo, especialmente pelo órgão da região administrativa local.

Direito ao trabalho

Em todas as favelas um maior percentual de moradoras(es), média de 63,4%, avalia que as intervenções do(s) programa(s) de urbanização melhoraram o acesso ao trabalho no território. Nas favelas do Barro Preto, Guararapes, Parque Conquista, Parque João Goulart, Providência e Salgueiro a percepção da maior parte das pessoas é que isso ocorreu porque na época da realização das obras houve emprego de mão de obra local. Já na Estrada do Tijuaçu e na Comunidade Agrícola de Higienópolis a percepção da maior parte das(os) moradoras(es) é que houve incentivo para abertura de novos comércios. No Morro dos Cabritos destacou-se a construção de unidades comerciais dando oportunidade às/-aos comerciantes locais.

Em todas as favelas mais de 40% das(os) entrevistadas(os) afirmam conhecer mais de 10 pessoas no território que não têm trabalho atualmente (uma média de 57,3%). Os percentuais mais altos foram encontrados nas favelas Parque Conquista (80,4%), Salgueiro (72%) e Comunidade Agrícola de Higienópolis (61%).

Nas Rodas de Conversa, as(os) participantes do Parque Conquista pontuaram que, apesar de haver muitas empresas na região do entorno da favela⁷, há muita dificuldade para acesso a oportunidades de trabalho devido à discriminação pelo local de moradia.

Direito à mobilidade

A maior parte das(os) moradoras(es) de todas as favelas, uma média de 90,7%, avalia que atualmente o direito à circulação de pedestres e veículos precisa ser garantido no território. As taxas mais elevadas foram obtidas nas favelas do Salgueiro (98%), Parque Conquista (97,4%), Guararapes (95,6%) e Estrada do Tijuaçu (93%).

Em relação às intervenções realizadas com a realização do(s) programa(s) de urbanização, em todas as favelas há um percentual maior de moradoras(es) que avalia que o(s) programa(s) melhorou/melhoraram o acesso ao direito à mobilidade no território, uma média de 83,7%.

Nas favelas do Barro Preto, Estrada do Tijuaçu, Guararapes, Morro dos Cabritos, Parque Conquista e Providência, um maior percentual de moradoras(es) identifica a

⁷ A favela está localizada no bairro do Caju, na região portuária do Rio de Janeiro, reconhecida pela grande concentração de empresas e pela geração de emprego e renda para a cidade.

necessidade de melhorias e/ou construção de calçadas e escadarias. Já na Comunidade Agrícola de Higienópolis, Parque João Goulart e Salgueiro, a maior parte das(os) moradoras(es) percebe a necessidade de melhorias das vias internas no território.

Nas Rodas de Conversa, destacou-se: no Parque Conquista moradoras(es) sinalizaram que há trechos na favela ainda sem asfalto que, quando chove, ficam com muita lama, tornando difícil o acesso à comunidade.

No Salgueiro e no Barro Preto, pontuaram a necessidade da manutenção de escadarias e corrimãos. Também mencionaram que, na época de realização do(s) programa(s) de urbanização não havia sensibilização para questões relativas à acessibilidade de pessoas com deficiência e idosas, mas atualmente essa é uma questão relevante a ser considerada.

Na Comunidade Agrícola de Higienópolis, destacaram a necessidade de construção de áreas de estacionamento ou ampliação das vias para facilitar o trânsito de veículos.

Na Providência, avaliaram que a circulação interna no território está adequada, mas pontuaram que a mobilidade de transporte está crítica, pois foram extintas 13 linhas de ônibus que atendiam às/-aos moradoras(es) que atualmente contam apenas com o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) fazendo a ligação com o Centro da cidade.

21

Direito à saúde

Sobre o acesso à saúde nas favelas analisadas, verifica-se no Parque Conquista (77,7%), Guararapes (51,1%) e Parque João Goulart (52,2%) que a maior parte das(os) moradoras(es) percebe que não houve melhora no acesso a esse direito após as intervenções do(s) programa(s) de urbanização. Já nas favelas do Barro Preto, Estrada do Tijuaçu, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Morro dos Cabritos, Providência e Salgueiro, um maior percentual avalia que houve melhora no acesso ao direito à saúde, uma média de 67,6%.

Em todas as favelas pesquisadas há um maior percentual de moradoras(es) que percebe que há pessoas que não têm atendimento à saúde no território - média de 62,9%, considerando todos os territórios. Destaca-se a taxa obtida na favela do Parque Conquista em que 90,1% das(os) moradoras(es) avaliam que há pessoas sem atendimento à saúde.

Quando questionadas(os) sobre as dificuldades no atendimento à saúde no território, no Guararapes, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Morro dos Cabritos, Providência e Salgueiro um maior percentual de moradoras(es) sinaliza que existem pessoas com dificuldade de locomoção até as unidades de saúde existentes. Já no Barro Preto, Estrada do Tijuaçu, Parque Conquista e Parque João Goulart a maior parte percebe que nas unidades existentes faltam profissionais e/ou há ausência de especialidades médicas.

Na Providência, as(os) participantes da Roda de Conversa destacaram muita insatisfação com o atendimento à saúde devido à falta de especialidades médicas nas unidades básicas de saúde; a demora no atendimento; a falta de remédios; e a discriminação de funcionárias(os) com moradoras(es) da favela.

No Parque Conquista, as pessoas participantes da Roda de Conversa identificam a falta de especialidades médicas e a demora na marcação de consultas.

No Barro Preto, pontuam a necessidade de acesso ao atendimento psicológico e identificam que o atendimento de emergência poderia ser mais próximo.

22

Já no Salgueiro, sinalizam a demanda por um hospital municipal na região, pois a unidade de saúde que atende as moradoras e moradores do local (o Hospital do Andaraí) está sucateado e atende uma população muito grande.

Direito à creche e pré-escola

A maior parte das(os) moradoras(es) da Comunidade Agrícola de Higienópolis (66,5%) percebe que não houve melhora no direito à creche e à pré-escola após as intervenções do(s) programa(s) de urbanização. Nas demais favelas verifica-se que, apesar da maior parte das(os) moradoras(es) avaliar que houve avanços, há ainda uma taxa considerável que observa que não houve melhora no acesso à creche e à pré-escola. Entre essas favelas, as taxas mais altas foram no Parque João Goulart (35,4%) e no Parque Conquista (26,6%).

Observa-se ainda que **em todas as favelas há um percentual expressivo de moradoras(es) que percebem que existem crianças sem acesso à creche e à pré-escola no território, uma média de 63,5%**. Destacam-se os percentuais obtidos no Parque Conquista (83,4%), Salgueiro (82%), Parque João Goulart (78,4%) e Barro Preto (76%).

Considerando as dificuldades percebidas para o acesso à creche e à pré-escola, **em todas as favelas um maior percentual de moradoras(es) indica que não há vagas para todas as crianças nas creches e pré-escolas.**

Nas Rodas de Conversa com moradoras(es), destacou-se que: na Comunidade Agrícola de Higienópolis, essa é uma demanda antiga do território e que apenas em 2023 começou a funcionar uma creche pública que atende às crianças de 0 a 3 anos. As moradoras e moradores destacaram, ainda, que é necessário o aumento do número de vagas e a ampliação da faixa etária para atender a demanda na comunidade.

Na Providência, indicaram que das três creches no território que atendem às crianças da comunidade, nenhuma funciona em horário integral. Além disso, a quantidade de vagas não atende à demanda e as creches ficam sem funcionar por vários dias na semana por conta da falta d'água no território.

No Salgueiro, pontuaram que, desde que a creche comunitária foi municipalizada, houve piora no atendimento, pois as crianças de território passaram a não ter mais prioridade no acesso e muitas são direcionadas para creches em outras favelas.

Na Estrada do Tijuaçu, as pessoas participantes reclamaram da dificuldade para conseguirem uma vaga na creche local e informaram que, das duas creches existentes, somente uma atende ao berçário, que é a maior demanda da região.

Direito à educação

Em todas as favelas pesquisadas um maior percentual de moradoras(es) avalia que houve melhora no acesso ao direito à educação após o(s) programa(s) de urbanização - média de 61,8% considerando todos os territórios. Contudo, verifica-se igualmente que há um percentual considerável de moradoras(es) em todas as favelas que percebe que não houve melhora - média de 37,4%. Destacam-se os percentuais da Comunidade Agrícola de Higienópolis (44,8%), Barro Preto (44%) e Morro dos Cabritos (41,3%).

Nas favelas Parque Conquista (77,6%), Salgueiro (73%), Barro Preto (67%), Parque João Goulart (62,9%), Guararapes (60,4%), Morro dos Cabritos (50,2%) e Providência (49,8%) há um maior percentual de moradoras(es) que identifica que há crianças sem acesso à escola.

Questionadas(os) sobre as dificuldades percebidas para o acesso à educação, **em todas as favelas um percentual maior de moradoras(es) identifica que não há vagas para atender a todas as crianças e adolescentes do território.**

Nas Rodas de Conversa, observou-se, no Barro Preto e no Parque Conquista, a piora na qualidade do ensino ofertado, observando que as crianças têm muita defasagem na aprendizagem.

No Salgueiro, pontuaram que atualmente a escola que funciona no território está com problema estrutural e sem abastecimento de água. Por isso as crianças foram alocadas para uma outra escola próxima.

Já na Providência, destacaram que não há a construção de novas escolas, aumento de vagas, ou melhora das escolas existentes desde a década de 1980.

Direito à segurança pública

24

|

Em relação ao acesso à segurança pública, em quatro favelas pesquisadas há um percentual maior de moradoras(es) que sinaliza que não houve melhora nesse direito com o(s) programa(s) de urbanização: Parque Conquista (83%), Barro Preto (82%), Parque João Goulart (72,3%) e Guararapes (53,3%).

Em todos os territórios mais de 85% das(os) moradoras(es) avaliam que a segurança pública é um direito que ainda precisa ser garantido no território. Destacam-se os percentuais do Salgueiro (99%), Barro Preto (97%), Estrada do Tijuaçu (97%), Parque Conquista (96,8%) e Guararapes (95,7%).

Nas favelas Guararapes, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Parque Conquista, Providência, Barro Preto e Salgueiro, entre as(os) moradoras(es) que avaliam que não houve melhora na segurança pública, a maior taxa considera que o(s) programa(s) não teve/tiveram nenhuma iniciativa ligada à segurança. Já no Morro dos Cabritos, Parque João Goulart e Estrada do Tijuaçu a maioria das(os) moradoras(es) avalia que o(s) programa(s) não coibiu/coibiram abusos e atos de violência praticadas pela polícia no território.

Nas Rodas de Conversa com moradoras(es) dos territórios, pontuou-se, no Barro Preto, que a relação da polícia com a comunidade não é de garantia de direitos.

Pelo contrário, são recorrentes as operações policiais em horários de grande movimentação na favela, como o horário de entrada nas escolas e saída para o trabalho, vulnerabilizando a população. No Parque Conquista, moradoras(es) denunciaram práticas de invasão de casas, ameaça e coação de moradoras(es) durante as operações policiais.

Direito à cidade: espaços públicos de qualidade

Em duas favelas pesquisadas, Barro Preto (50%) e Guararapes (48,4%), verifica-se que apenas metade da população percebe que houve melhora no acesso aos espaços públicos de uso comum com as intervenções do(s) programa(s) de urbanização. Nas demais favelas, a maior parte das(os) moradoras(es) avalia que o(s) Programa(s) realizou/ realizaram melhorias para os espaços públicos de uso comum no território.

Nas favelas Morro dos Cabritos, Parque Conquista, Parque João Goulart, Providência, Salgueiro, Guararapes e Barro Preto há uma taxa mais expressiva de moradoras(es) que avalia que há pessoas sem acesso aos espaços públicos de qualidade, sendo as maiores taxas observadas no Salgueiro (62%) e no Guararapes (61,3%).

Nas favelas do Morro dos Cabritos, Parque Conquista, Parque João Goulart, Providência e Salgueiro um maior percentual de moradoras(es) considera que as dificuldades para que todas(os) acessem os espaços públicos ocorrem porque muitos moradoras(es) moram distantes desses espaços. Já nas favelas Estrada do Tijucu, Barro Preto, Guararapes e Comunidade Agrícola de Higienópolis, a maioria das(os) moradoras(es) indica que as dificuldades ocorrem porque não existem esses espaços no território.

Em todas as favelas em que foram realizadas Rodas de Conversa com moradoras(es), destacou-se o sucateamento e a necessidade de reformas e manutenção das áreas de lazer e uso comum, como praças e quadras. No Barro Preto, sinalizaram a necessidade de construção de praças para atender à demanda por lazer das crianças na comunidade.

Direito à cidade: iluminação pública

Em todos os territórios um percentual significativo de moradoras(es) - média de 89,4% - percebe a melhora na iluminação pública da favela após o(s) programa(s) de urbanização.

No entanto, **um percentual significativo de moradoras(es) em todas as favelas avalia que este é um direito que ainda precisa ser garantido - média de 84,5%**. As taxas mais elevadas foram encontradas no Parque Conquista (98,2%), Guararapes (96,5%) e Parque João Goulart (90,9%).

Nas Rodas de Conversa com moradoras(es) do Parque Conquista e da Comunidade Agrícola de Higienópolis essa foi uma demanda apontada como de grande necessidade para os territórios. No Parque Conquista, pontuaram que não há iluminação pública na região da Rua Boas-Vindas e isso afeta a segurança da população. Já na Comunidade Agrícola de Higienópolis, destacou-se a necessidade da substituição dos postes na localidade do Beco, que ainda são de madeira e representam um grande risco para as moradias do local. Também pontuaram a necessidade da manutenção dos postes em toda a comunidade.

26

Direito à cultura

Nas favelas Morro dos Cabritos, Parque Conquista, Parque João Goulart, Salgueiro, Guararapes, Barro Preto e Comunidade Agrícola de Higienópolis, a maior parte das(os) moradoras(es) não percebe melhora no acesso à cultura com o(s) programa(s) de urbanização, uma média de 55,4% considerando esses territórios. Destacam-se os percentuais encontrados nas favelas do Barro Preto (60%), Comunidade Agrícola de Higienópolis (60%) e Guararapes (59,8%).

Em todos os territórios pesquisados observa-se que um maior percentual de moradoras(es) identifica que há pessoas sem acesso a esse direito, uma média de 62,4%.

Nas favelas Morro dos Cabritos, Barro Preto, Guararapes, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Salgueiro e Estrada do Tijuaçu, a principal dificuldade apontada pelas pessoas que identificaram a existência de moradoras(es) sem acesso aos espaços de cultura foi a inexistência de espaços no território. Já nas favelas Parque Conquista, Parque João Goulart e Providência, a principal dificuldade apontada pela maioria foi que parte das(os) moradoras(es) vivem distantes dos locais destinados à cultura.

Nas Rodas de Conversa realizadas nos territórios, observou-se: no Barro Preto, que essa é uma demanda grande da população, pois não há espaços de cultura, nem projetos ou incentivo ao direito à cultura no território. Já no Salgueiro, as(os) participantes sinalizaram que o acesso à cultura é deficitário no território, mas entendem como consequência de uma hierarquização de prioridades para ampliar o acesso a direitos: em geral, por conta da falta de investimentos para assegurar o acesso ao saneamento básico, arruamento, abastecimento de água, sempre que há propostas de intervenções as lideranças acabam apontando a necessidade de alocar verba para ações mais emergenciais.

RECOMENDAÇÕES

- A necessidade da realização de **obras de contenção de encostas** principalmente nas favelas Guararapes, Morro dos Cabritos, Salgueiro, Barro Preto e Estrada do Tijucaú.
- A necessidade da realização da **drenagem dos rios** principalmente nas favelas Comunidade Agrícola de Higienópolis, Parque João Goulart, Parque Conquista, Guararapes e Estrada do Tijucaú.
- A necessidade da **manutenção e/ou ampliação das redes de abastecimento de água**, principalmente nas favelas da Providência, Salgueiro e Comunidade Agrícola de Higienópolis.

28

|

- A necessidade da **melhora na qualidade da água** fornecida para a população nas favelas Estrada do Tijucaú e Parque Conquista.
- A necessidade da **manutenção e/ou ampliação das redes de esgoto e drenagem**, principalmente nas favelas Providência, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Parque João Goulart, Parque Conquista, Barro Preto e Guararapes.
- A **melhora na coleta de lixo**, principalmente no Salgueiro, Parque João Goulart e Providência e a ampliação da coleta de lixo para a localidade do Beco na Comunidade Agrícola de Higienópolis.
- A retomada do **projeto Gari Comunitário** na Providência.
- A realização de **reformas e/ou construções habitacionais** no Barro Preto.
- A garantia da **segurança jurídica** das(os) moradoras(es) que ainda convivem com ameaças de remoção das suas moradias. Esse aspecto foi observado principalmente no Parque Conquista e na Providência.
- A necessidade da **manutenção e/ou pavimentação de vias e manutenção de escadarias e calçadas**, principalmente nas favelas Estrada do Tijucaú, Morro dos Cabritos, Salgueiro, Parque Conquista, Barro Preto e Guararapes.

- A retomada e /ou ampliação de **alternativas de transporte** para atender às/aos moradores da Providência.
- A melhora no **atendimento à saúde** nas favelas do Parque Conquista, Guararapes, Parque João Goulart e Providência e a garantia de especialidades médicas (como ginecologia e pediatria) para atendimento nas unidades básicas de saúde da Providência e Parque Conquista.
- A melhora do **acesso à creche e pré-escola** com ampliação de vagas ofertadas é uma demanda observada em todas as favelas analisadas, com destaque na Comunidade Agrícola de Higienópolis, Estrada do Tijuaçu, Parque Conquista e Parque João Goulart.
- A **alocação prioritária das crianças** do Salgueiro na **creche e pré-escola** localizada no território.
- A ampliação do **acesso à educação** na Comunidade Agrícola de Higienópolis, Barro Preto e Morro dos Cabritos e a **melhora na qualidade do ensino** ofertado para as crianças residentes nos territórios do Barro Preto e Parque Conquista.

29

- A melhora no **acesso à segurança pública** no Parque Conquista, Barro Preto, Parque João Goulart e Guararapes, destacando-se a necessidade de **coibir atos de violência** praticados pelas(os) agentes de segurança nesses territórios e a necessidade de interrupção de operações em horários de grande movimentação na favela (como entrada e saída de escolas e de trabalhadoras(es)).
- A **reforma e/ou construção de áreas de uso comum** (como praças e quadras) nos territórios do Barro Preto, Guararapes, Parque Conquista, Salgueiro, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Providência e Estrada do Tijuaçu.
- A melhora no **acesso à iluminação pública** no Parque Conquista, Guararapes e Parque João Goulart e a manutenção e substituição de postes na Comunidade Agrícola de Higienópolis.
- A necessidade de investimentos para ampliação do acesso à cultura foi observada em todas as favelas analisadas, com destaque no Barro Preto, Comunidade Agrícola de Higienópolis, Salgueiro e Guararapes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, A. L. Avanços e desafios na experiência brasileira de urbanização de favelas. **Cadernos Metrópole**, (17). (2012).

CARDOSO, A. Urbanização de favelas no Rio de Janeiro [recurso eletrônico] / **Urbanização de favelas no Rio de Janeiro** / organização Adauto L. Cardoso, Rosangela M. Luft, Luciana A. Ximenes. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.

CARVALHO, C.; FRIDMAN, F.; E STRAUCH, J., “Desigualdade, escala e políticas públicas: uma análise espacial dos equipamentos públicos nas favelas cariocas”. **Urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana** 11(2). (2019).

CAVALLIERI ET ALL. “Caracterização e Tipologia dos Assentamentos Precários Brasileiros: o caso do Rio de Janeiro”. In: **Caracterização e Tipologia de Assentamentos Precários: estudos de caso brasileiros**/ editores: Maria da Piedade Moraes, Cleandro Krause, Vicente Correia Lima Neto. – Brasília: Ipea. (2016).

IBASE. **Dossiê Rio – Favela é cidade. Contribuições ao debate sobre direito à cidade**. (2022). Disponível em: https://ibase.br/publicacoes_ibase/89806/

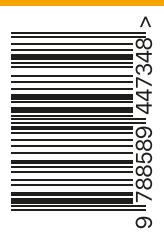
MARICATO, E. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo em Perspectiva, 14 (4). (2000).

SABREN/ IPP/ PREFEITURA DO RIO. **Dados e informações sobre urbanização das favelas cariocas, incluindo programas, em cima do limite de favelas mais recente**. (2019). Consulta realizada em junho de 2024. Disponível em: <https://www.data.rio/datasets/df97c5f3e9334fb98349e05d9a002862/about>



ibase
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Brot
für die Welt



ibase

INSTITUTO BRASILEIRO
DE ANÁLISES SOCIAIS
E ECONÔMICAS

Brot
für die Welt

